



Ata Número cinco

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu ordinariamente, na Junta de Freguesia das Gândaras, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**:

- 1 - Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira;
- 2 - Apreciação e votação da 2ª Revisão ao Orçamento e 2ª Revisão às Grandes Opções no Plano do ano de 2022;
- 3 - Apreciação e votação da proposta Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2021;
- 4 - Discussão e autorização prévia da contratação de empréstimo a médio e longo prazos, com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 – Rede Ciclável da Lousã – Zona Central;
- 5 - Discussão e votação da adjudicação/nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas;
- 6 - Discussão e votação da designação do júri do recrutamento do procedimento concursal para recrutamento de dirigente – Chefe de Unidade – para a Unidade de Floresta e Desenvolvimento Rural;
- 7 - Discussão e votação do alargamento do regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos bombeiros que integram o quadro de honra das Corporações de Bombeiros do Concelho;
- 8 - Discussão e votação da extinção da Zona de Caça Municipal da Lousã, ao abrigo do disposto nos artigos 1º e 2º da Portaria nº 431/2006 e do solicitado



pelo ICNF 01.07.2021 ao abrigo da Lei nº50/2018, de 16 de agosto e do Decreto-Lei nº57/2019, de 30 de abril;-----

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu a receção e apresentou cumprimentos ao Senhor Artur Jorge, Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras, pela cedência de espaço para realização desta Assembleia. Passou a palavra à segunda secretária, Maria Aldina Martins, para fazer a chamada, e verificar as presenças, justificações de faltas e substituições.-----

CHAMADA:-----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Margarida Correia que justificou a falta e foi substituída por José Moreira, do Partido Socialista; de Ana Bandeira que justificou a falta e foi substituída por Sara Antunes, do Partido Socialista; de Luis Martins que justificou a falta e foi substituído por Henrique Duarte, do Partido Socialista; a ausência de Sérgio Pedroso que justificou a falta e foi substituído por Rui Morais, da Coligação "É hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP; a ausência de Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi substituído por Susana Barata, que não compareceu, da Coligação "É hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP; a ausência de Fernanda Franca que justificou a falta e foi substituído por Jorge Pratas, da Coligação "É hora de Mudar" PPD/PSD.CDS/PP; a ausência do Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, Paulo Simões que justificou a falta e foi substituído por Tiago Adelino.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

A Senhora Presidente da Mesa anunciou o período de "intervenção do público", e informou que não houve inscritos de acordo com o estabelecido e publicado no Edital e deu início ao ponto **antes da Ordem do Dia**, lembrando, que este ponto tem a duração máxima de sessenta minutos, de acordo com o regimento em vigor, e que os senhores membros devem abster-se de abordar questões que constem da informação escrita pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

AA
B
C



AA
b
g

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

VOTAÇÃO DA ATA:-----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à apreciação e votação a ata referente à reunião ordinária que teve lugar no dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e vinte e dois. Referiu que apenas podiam votar os membros que estiveram presentes na referida reunião. Não havendo sugestões de melhoria ou pedido de correção, foi aprovada por unanimidade, com dezassete votos do PS, da Coligação "É hora de mudar" - PPD/PSD.CDS-PP e BE, nos termos do n. °3 do artigo 34 do Código do procedimento administrativo, estando presentes na sala 23 (vinte e três) elementos.-----

CORRESPONDÊNCIA:-----

A Senhora Presidente da Mesa deu conhecimento à assembleia de que foi rececionado o seguinte expediente: ofício do Sr. Presidente do Grupo parlamentar do PSD, Paulo Mota Pinto, a agradecer o envio do ofício relativo a moção – "Cuidados de Saúde de Qualidade"; e-mail da Srª Presidente do grupo parlamentar do PCP, Paula Santos, acusar a receção do ofício, também relativo a mesma moção – "Cuidados de Saúde de Qualidade "; ofício do chefe de gabinete do Sr Primeiro ministro, Vítor Escária, a acusar a receção do ofício, também enviado sobre a moção "Por um Processo de Descentralização de Competências, Construtivo e Dialogante"; receção através da Srª Presidente da CPCJ da Louçã, Maria Adelina Palhota o relatório anual de atividades e avaliação da CPCJ da Louçã, referente ao ano 2021, cumprindo com o que está estipulado na alínea J do n. °2 do art.º18 da Lei de Proteção de crianças e jovens em risco; receção de e-mail do Sr. Presidente da Câmara a dar conhecimento do e-mail recebido da ARS centro, relativo à moção "Por um Processo de Descentralização de Competências Construtivo e Dialogante". Informou também que toda informação sobre estas questões, pode ser facultada.-----



A Senhora Presidente da Mesa, informou que nos termos do Regimento Municipal em vigor foram rececionadas duas Moções e um voto de pesar que, oportunamente, foram remetidos a todos os membros da assembleia, a fim de serem apreciados e votados, nesta sessão. -----

Seguidamente convidou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras a usar a palavra. -----

O Senhor Presidente da Junta da Freguesia das Gândaras tomou a palavra começando por apresentar cumprimentos a todos os presentes e comunicar que é uma honra voltar a receber a reunião desta Assembleia. Reconhece em nome dos Gandarinhos, em principal ao Sr. Presidente da Câmara, tudo o que tem sido feito nos lugares da Freguesia. Mostrou preocupação pelo momento difícil que a humanidade atravessa e a importância da requalificação do Regadio da Srª das Barraquinhas, quer pela sua relevância económica no território, mas também por permitir uma racionalização e otimização da água. Aludiu ainda a construção de valetas no lugar da Ribeira e a limpeza de várias estradas florestais. Mencionou ainda que *"A obra em curso na Associação Recreativa Cultural e Social das Gândaras, é a prova do empenho no associativismo cidadão e da boa articulação com as autarquias"*. As obras de melhoramentos no Jardim de Infância das Fontainhas, permitem afirmar que a mais nova freguesia do concelho tem futuro". Termina com um apelo ao Sr. **Presidente da Câmara** para a urgente avaliação de um plano de urbanização e a construção de saneamento em alguns pontos da freguesia. -----

MOÇÕES-PROPOSTAS E VOTO DE PESAR-----

Maria Guilhermina Antunes, da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP Apresentou a proposta "Pela Proteção do Património Cultural da Louçã (Fontes, Fontanários, Chafarizes e Bebedouros)". Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc.n. °1 (um))

Handwritten notes on the right margin, including the word "ATA" and other illegible scribbles.

INSCRIÇÕES: Marco Sequeira -----

Marco sequeira usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos. Referindo-se à *proposta apresentada sobre as Fontes, Fontanários, Chafarizes e Bebedouros*, deu nota que os mesmos para além de alguns serem da responsabilidade da Câmara Municipal, outros são da responsabilidade das Juntas de Freguesia que em conjunto, têm vindo a realizar trabalhos de proteção, reabilitação e preservação deste património cultural. Quanto à questão da potabilidade da água, referiu que a mesma tem legislação própria que deve ser respeitada, não sendo possível concretizar esta questão tão facilmente como é dito. Alertando também que se deve ter em conta a gestão e o bom uso da água. Por último, transmitiu que têm existido várias atividades relacionadas com as Fontes e Fontanários, promovidos pela Câmara Municipal da Lousã, como é o caso do Desafio ao Frio, Roteiro da água, "Ca(o)ntos e Reca(o)ntos da Água", "Passeio pelas Fontes da Vila", entre outros. Terminou, manifestando que nos termos em que esta proposta é apresentada, o Grupo Municipal do Partido Socialista votará contra." -----

Maria Guilhermina Antunes, interveio para defesa da referida proposta dizendo que alguns fontenários, concretamente a Fonte da Família – Pilar da Sociedade- está num estado degradado e abandonado, tal como a Fonte dos Mouros. Há outras que estão realmente conservadas, mas quando se fala no geral nas fontes e fontenários e quando se faz esta proposta é para todas e não especificamente para aquelas que realmente já lhes foi dado o devido valor patrimonial e cultural. -----

Colocada a votação a proposta "Pela Proteção do Património Cultural da Lousã, Fontes, Fontanários, Chafarizes e Bebedouros" a mesma foi não aprovada com 16 (dezasseis) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos.-----

Handwritten signatures and initials:
A large signature at the top right.
Below it, the letters 'b' and 'g' written vertically.



Santinho Antunes, da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP apresentou a moção "Pela necessidade urgente de requalificação da Escola Secundária da Louçã". Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc.n. °2 (dois)) -----

INSCRIÇÕES: Nelson Lopes-----

Nelson Lopes usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos, em particular aos deputados que se encontravam na assembleia pela primeira vez. Começou por referir que não vislumbra qual a utilidade ou oportunidade temporal da moção apresentada. Manifestou a preocupação de todos em melhorar as condições das infraestruturas escolares e referiu a existência de negociações entre as autarquias e o Governo no sentido de aperfeiçoar o processo de transferência de competências, designadamente na área da educação. Continuou referindo que após análise do documento, a única novidade que retiramos do texto desta moção do PSD/CDS é a confirmação da perspetiva anunciada pelo Presidente da Câmara em maio, da possibilidade de uma nova candidatura ainda este ano, o que, de alguma forma, até acaba por validar a opção tomada pelo executivo de reagendar esta empreitada. Informou, ainda que no passado mês de maio, foi publicado em Diário da República o Despacho nº 6871/2022 que autoriza o lançamento de avisos de abertura de candidaturas na área da educação para requalificação de infraestruturas e equipamentos pelos programas operacionais regionais do continente, tendo sido atribuído ao Programa Operacional do Centro a dotação de 30 milhões de euros. Citou ainda que", *já existe autorização da tutela para a abertura de avisos, existe igualmente dotação atribuída para esses mesmos avisos, importa agora aguardar que a Autoridade que faz a gestão do Programa Operacional do Centro avance com o lançamento do aviso que permita ao executivo submeter nova candidatura, conforme estratégia por este definida e anunciada*

FA

h
a



publicamente no passado mês de maio. Terminou reafirmando que não se consegue vislumbrar qual o sentido de oportunidade temporal ou a utilidade da moção apresentada, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista não votará favoravelmente." -----

Santinho Antunes interveio para esclarecimento da referida proposta dizendo que quando o Sr. deputado **Nelson Lopes** se refere à oportunidade temporal, refere-se a uma notícia de maio de 2022 e a moção apresentada foi elaborada com base em notícia de junho de 2022, acrescenta ainda que a ministra Ana Abrunhosa, após reunião tida em junho com vários autarcas mencionou "estamos a atualizar as escolas", entre janeiro e junho atualizaram escolas partindo de 100 (cem) chegando a 200 e poucas escolas. Refere ainda que o problema temporal é um problema deste executivo, uma vez que a lousã ao receber escolas em mau estado, está também a assumir os encargos. Citou ainda "se querem que fiquemos com a transferência de competências, querem que fiquemos com as escolas, muito bem, preparem as escolas primeiro depois nós assumimos os encargos que ficarem por assumir. Assim não. Isto é inaceitável, é preciso contestar o governo, é preciso fazer frente e esta situação". -----

Colocada a votação da moção "Pela necessidade urgente de requalificação da Escola Secundária da Louçã" a mesma foi não aprovada com 16 (dezasseis) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos. -----

Santinho Antunes, da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP apresentou a moção "Pela Conclusão do metro bus". Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta

FX
B
g

anexa a este livro de atas – (doc. n. °3 (três)) -----

INSCRIÇÕES: Joel Fernandes -----

Joel Fernandes usou da palavra começando por apresentar cumprimentos a todos e referiu o metro bus como um tema recorrente, abordado em todas as assembleias municipais e ao qual o grupo parlamentar do PS está atento, inclusive as várias versões neste processo longo que é o sistema de transporte entre Serpins e Coimbra. Expôs ainda que o que foi anunciado em 2019, está a ser implementado, acreditando que este é o projeto que vai resolver este problema de transporte. Quando se fala do agravamento de custos de construção, é bom que se reconheça que há agravamento de custos, mas quando se diz que o *"agravamento dos custos de construção obrigou a revisão em alta valores reservados para modernização da estação de Coimbra B"*, não é bem assim, o que obrigou à revisão foi a integração de Coimbra B no sistema de mobilidade do Mondego. Deu nota que não existem, agravamentos de custos para o Município da Louçã uma vez que a responsabilidade desta obra não é dos municípios, mas sim da Refer e das Infraestruturas de Portugal. Continuou expondo que relativamente à manifestação da preocupação da assembleia Municipal da Louçã pelo cumprimento dos atuais prazos, concorda plenamente, pretende-se que o sistema seja implementado o mais rápido possível, mas com a conjuntura atual, de guerra na Europa, o que vivemos com eleições antecipadas e a pandemia desde 2019, certamente terá algum efeito nesta questão das obras públicas. Quanto ao aumento de custos que o município da Louçã possa ter com a implementação do Metrobus, validado pelo argumento que foi apresentado, não podemos concordar e iremos votar contra, mantendo a nossa postura vigilante e interventiva como sempre temos feito." -----

Santinho Antunes interveio citando: "A questão que se coloca aqui é uma questão muito simples. Existe já um prazo fixo e certo que alguém tome





responsabilidades a dizer é amanhã que vamos a inaugurar isto? A resposta é sim ou não? O que lhe estou a dizer eu não inventei foi tudo retirado de notícias da comunicação social." -----

Joel Fernandes interveio dizendo, que em notícia de há 6 dias atrás é claramente indicado que no primeiro trimestre de 2024 o sistema entrará em funcionamento entre a Louçã e Serpins, e no terceiro ou quarto trimestre, o mesmo entrará em funcionamento no troço urbano de Coimbra. -----

Colocada a votação a moção "Pela Conclusão do Metro Bus" a mesma foi não aprovada com 16 (dezasseis) votos contra do PS e oito (oito) votos a favor da Coligação "É hora de mudar" PPD/PSD.CDS/PP e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro membros eleitos.-----

Filipa Marques, do PS apresentou o voto de Pesar pelo falecimento de "João Madeira Marçal". Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc.n. °4 (quatro)) -----

Não havendo inscrições, foi o voto de pesar colocado a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

INSCRIÇÕES: António José Gonçalves, Santinho Antunes, Carolina Cabral, Jorge Pratas, Rui Morais, Patrícia Ramalheiro, Joel Fernandes e Marco Sequeira.

António José Gonçalves, interveio cumprimentando todos os presentes e começou por mencionar a não transmissão da Assembleia Municipal via Facebook e a falta de explicação sobre este facto. Solicitou autorização para a distribuição de fotografias pelos membros da assembleia, sendo o mesmo concedido. Seguidamente mencionou a substituição de alguns sinais de trânsito, contudo, disse que existem mais por substituir. Questionou ainda o que se passa no loteamento da urbanização da Quinta das Nogueiras, uma vez que se encontra ali um gradeamento e que existe no muro no qual foi



instalado um poste de iluminação em betão a servir de parede de suporte. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** sobre quem é que tem razão neste processo. Prosseguiu com a questão sobre o valor de 5.000 € de bacalhau faturados à Câmara Municipal. Relativamente ao São João, salientou a falta de casas de banho principalmente junto à nave de exposições e na travessa. Retomou às fotografias entregues e à *questão da deterioração dos passadiços da Srª da Piedade e da sinalização lá existente*. Finalizou a intervenção, referindo a falta de estacionamento na Louçã, principalmente na Avenida São Silvestre e sugeriu que aquando da remodelação ao Jardim da Câmara ou da remodelação do Mercado ou, eventualmente, por trás do Palácio da Justiça, se possa fazer um estacionamento subterrâneo. -----

Rui Morais tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e congratulou-se pelo **Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras** ter mencionado na sua intervenção a importante necessidade de fixar os jovens nas freguesias do concelho. Manifestou ao **Senhor Presidente da Câmara** a sua disponibilidade para o ajudar a encontrar soluções exequíveis, para a fixação de jovens no concelho. Dirigiu-se ao **Senhor Presidente Luís Antunes** citando *"é sensação de orgulho dividir com a Figueira da Foz o segundo lugar onde o IMI é mais alto no distrito de Coimbra, apenas ultrapassado pelo concelho Vila Nova de Poiares. Acho muito contraditório para quem diz defender a fixação de jovens no concelho."* Continuou referindo que as medidas de apoio às famílias, anunciadas em 2017 não têm tido as devidas melhorias. Deu nota que *um jovem que pense em adquirir uma habitação na Louçã, paga mais de IMI do que se adquirisse em Cascais, Albufeira ou em Sintra. "Os jovens portugueses saem cada vez mais tarde da casa dos seus pais e os jovens lousanenses têm noção que emancipar-se é uma missão muito difícil. Precisamos de uma estratégia pujante, para a boa resolução das contas financeiras, não é preciso taxar ainda mais, incentivarmos as pessoas a*



fixarem-se no nosso concelho e um caminho que podemos percorrer. Ausência de reformas tão necessárias pela falta de visão das políticas públicas a implementar, no nosso concelho e a falta de novos programas e apoios que venham diversificar e criar novas atividades económicas no interior, são mais um empurrão que ajudam os jovens a deixar o interior, a deixar a Lousã. Endereçou ao **Senhor Presidente**, cinco propostas." A redução do IMI; a disponibilização isenção e reabilitação de terrenos e de edifícios devolutos do município para arrendamento acessível aos jovens; uma estratégia municipal que levante as necessidades dos jovens e que faça o devido mapeamento desta demanda; a criação de um programa para o apoio à renda acessível com maior flexibilidade em elaboração de contratos; e, por último, isenção total de impostos na aquisição da primeira habitação própria, permanente para jovens até aos 35 anos de idade. Concluiu referindo que das 308 autarquias nacionais, apenas mais 27 têm o IMI igual ou superior à Lousã podendo o nosso concelho, na pessoa do **Senhor Presidente**, fixar uma redução da taxa do IMI sobre os imóveis destinados à habitação própria e permanente, atendendo ao número de dependentes do agregado." -----

Patrícia Ramalheiro Cumprimentou todos os presentes e destacou as Festas de São João como uma das edições mais participadas de sempre, num formato mais atrativo e com um programa bastante atrativo e diversificado indo de encontro a vários públicos. Destacou ainda, os milhares de visitantes e Lousanenses que encheram os vários locais da vila, os arraiais populares, o desfile marchas populares, a Mostra Comercial e Industrial que se assumiu como um importante momento de afirmação no plano empresarial e comercial da região. Deu nota da medida tomada em concertação com a Associação Empresarial da Serra da Lousã, que permitiu aos comerciantes do concelho definirem os seus horários de funcionamento, adaptando-os de acordo com o período da feira, o que contribuiu para uma mais valia do impacto económico a nível do comércio local. Referiu-se ainda à sessão

FX
h
g



solene do feriado municipal e à atribuição de medalhas de mérito concelho, a Companhia Marimbondo, a Status - Escola Profissional e ao Nadador Olímpico, do Lousan Natação, Gabriel Lopes. Terminou fazendo referência ao Rally de Portugal e aos milhares de pessoas que trouxe a Louçã, o que faz desta prova, uma das provas, que para além de ser uma mais valia económica para o concelho, coloca a Louçã nos roteiros turísticos mais apreciados por muitos. -----

Santinho Antunes começou por cumprimentar a senhora vereadora e questionar sobre uma notícia recente que refere que os pedidos de subsídio para educação especial aumentaram e estão a provocar ainda mais atrasos no seu recebimento, impedindo o acesso às terapias. Mencionou a urgência de dados concretos sobre a evolução do número de pedidos de subsídios para a educação, no concelho, e que se verificasse se esta notícia corresponde à realidade acompanhar esta situação e não permitindo que exista falta de acesso às terapias por falta de apoios. Em relação à APIN referiu que, sendo apontados pela APIN três pontos principais de investimento que são água para consumo, o saneamento, as águas residuais e os resíduos. Questiona como é que se fazem obras com águas pluviais, com o dinheiro financiado pelo POSEUR, nomeadamente a Rua Joaquim José dos Santos, Rua Padre Manuel Peixoto, Rua João Pedro Tomás Pippa, na Póvoa e Fontainhas ---

Marco Sequeira tomou da palavra e começou por destacar as Bandeiras Azuis e o selo "Qualidade de Ouro" atribuídos às praias fluviais da Senhora da Piedade e da Bogueira. Enalteceu o esforço do Município para que haja uma melhor qualidade em todas as praias fluviais, realçando que apesar da época balnear ainda não ter iniciado, as praias fluviais já se encontram acessíveis. Evidenciou o prémio de Autarquia do Ano na subcategoria "Incentivos ao Sucesso Escolar", sendo este reconhecimento proveniente da apresentação de uma candidatura que incidia sobre vários projetos e medidas onde se inclui

169
169



por exemplo a: Atribuição de Passes de Transporte; Oferta de fruta; Oferta de livros de fichas e materiais escolares; Plataforma Eletrónica de Ensino (Escola Virtual), entre outros. *“Esta menção honrosa reflete a aposta que tem existido nas pessoas, nomeadamente na formação dos mais jovens e nos apoios aos seus agregados familiares”*. Terminou a intervenção felicitando os atletas lousanenses pelo sucesso e pelos resultados obtidos na ultima época desportiva, deixando uma palavra de gratidão a todos os clubes, associações desportivas e a todos aqueles que estão - direta ou indiretamente - envolvidos nestes resultados. -----

Joel Fernandes interveio referindo que no nosso concelho existe IMI familiar, conforme aprovado em Assembleia Municipal, em setembro de 2021 e tem inclusive a majoração pelo número de elementos do agregado familiar. Em relação à requalificação da Escola Secundária, expõe que o objetivo da autarquia sempre foi apresentar candidatura para a requalificação da Escola Secundária da Louçã, mas quando afirmam que não se devia receber a Escola em mau estado, então aí seria o governo o responsável pela candidatura e não a autarquia. Reafirmou que o objetivo é que seja a autarquia a fazer a candidatura para que as obras sejam as mais céleres possíveis. Contudo surge a duvida, cito *“se temos que esperar que o Estado coloque as escolas em condições para depois as recebermos e podermos intervir nelas, ou se a autarquia tem ou não, ou melhor, deve ter ou não o intuito de melhorar continuamente as condições do nosso parque escolar, como aliás tem feito e é reconhecido publicamente por todos.”* -----

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu a todos as diversas intervenções e esclareceu que devia ter comunicado no início da sessão que a mesma não seria transmitida online, uma vez que a sessão é pública, e que não está previsto na Lei 75 de 2013, nem no CPA a obrigatoriedade da transmissão. As restrições contra covid terminaram em abril, não existindo neste momento

Handwritten marks on the right margin, including a large 'X' and several illegible signatures.



qualquer tipo de restrições. As reuniões são descentralizadas exatamente para aproximar os cidadãos deste órgão. Com base nestes pressupostos a Mesa entendeu que enquanto não houver alteração dos mesmos, voltará à situação anterior à pandemia. Ou seja, a sessão é aberta e livre, qualquer cidadão pode assistir, enquanto não houver alterações, nomeadamente ao regimento da Assembleia entende-se que é assim que se vai manter. -----

A **Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da ordem do dia. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e referir-se à intervenção do **Senhor Presidente da Junta de Freguesia das Gândaras** realçando o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e do qual enunciou alguns exemplos, havendo outros também importantes que não foram mencionados. Quanto as reivindicações e às questões apresentadas, deu nota que estão devidamente identificadas e que conjuntamente serão dadas as respostas necessárias, reforçando, o trabalho em parceria com a Junta de Freguesia. Relativamente à moção da escola secundária referiu que a matriz da descentralização se mantém a mesma, tendo um carácter universal. Por ação dos municípios representados pela Associação Nacional de Municípios e pelo Ministério da Coesão, representando o Governo, e no que diz respeito à área da Educação, referiu a existência de alterações, nomeadamente no que diz respeito às quantificações e aos valores a transferir, referentes às refeições escolares e as verbas para a manutenção de equipamentos, onde se verificam, hoje, valores adequados àquilo que é necessária a intervenção dos municípios. Referiu ainda que esta questão não é tratada isoladamente pelo município da Louçã, mas sim no enquadramento dos municípios no seu todo, sendo esse o objetivo da negociação e do trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo e pela

Handwritten signature and initials.



Associação Nacional de Municípios, de criar as condições para todos os municípios relativamente a este processo da descentralização. Acrescentou, ainda, que o município não absorveu todos os recursos humanos, assumiu sim, apenas assistentes operacionais e técnicos, mantendo-se o corpo docente, na competência do Ministério da Educação. Quanto a listagem das escolas e dos equipamentos escolares onde é necessário intervir, esta já estava feita, estando neste momento a ser concluída uma atualização relacionada com o contexto que hoje se vive e de situações como aquela que no município da Louçã tivemos de decidir e que não é caso único. Dirigindo-se ao **Senhor deputado António Gonçalves**, esclareceu que a questão da sinalização vertical é um processo que não está terminado, irá ter continuidade. Relativamente à questão da urbanização da Quinta das Nogueiras informou que será tudo devidamente resolvido. No que diz respeito, a fatura no valor de 5.000€ para aquisição de bacalhau, informou que está relacionado com a distribuição dos cabazes de Natal. Referindo-se aos sanitários existentes no São João, concordou que possam ter sido considerados escassos, tendo em vista o número de pessoas que participaram nos diversos momentos do São João. Informou que foram colocados quatro sanitários móveis no arraial da Travessa, dois na Av. Dr. José Cardoso e um no Largo da Graça. No Parque de Exposições, para além das casas de banho internas e externas existentes, foram colocados mais dois sanitários na zona dos Divertimentos e da Feira Popular e um módulo completo junto ao palco. Reconheceu publicamente o empenho de toda a estrutura da Câmara e trabalhadores, especialmente dos que estiveram mais diretamente envolvidos na organização do evento nas diferentes vertentes. Relativamente aos passadiços da Sr^a da Piedade partilhou da mesma preocupação e informou tem indicações que durante a próxima semana, a empresa responsável venha a realizar algumas das intervenções de manutenção da estrutura que já estavam previstas. -----



Dirigindo-se ao Senhor deputado **Rui Morais**, esclareceu que o Código do IMI já estipula que até determinados valores, as pessoas estejam isentas do pagamento deste imposto municipal. Não desvalorizando algumas questões colocadas informou que não é nenhum constrangimento o facto de existir a taxa de IMI que existe, quer no que diz respeito aos investidores, quer no que diz respeito aos compradores. Referiu ainda que não existe relação direta pelo facto de um município ter uma taxa de IMI mais baixa que na Lousã, não sendo condição "sine qua non" do contribuinte pagar menos IMI, uma vez que existem vários fatores que estão subjacentes ao pagamento do imposto, nomeadamente no que diz respeito ao valor patrimonial tributário e outros. *"Relativamente àquilo que é a atratividade e a demografia do concelho o que nos é apresentado é que, felizmente, e apesar de termos uma taxa de IMI superior a outros concelhos, os dados atuais e aquilo que são as projeções para o futuro são bem melhores no nosso concelho do que mesmo nesses concelhos que têm menor taxa de IMI."* -----

Relativamente a intervenção do Senhor deputado **Santinho Antunes**, informou que a questão de acesso às terapias irá ser acompanhada e verificada. No que diz respeito às intervenções da APIN, comunicou que atendendo à adequação técnica de fazer simultaneamente várias intervenções, foi incluído dentro daquilo que era a intervenção da APIN, nomeadamente na componente das águas pluviais, já estando definido o tratamento, desta situação, entre as duas entidades. Por fim salientou o prémio recebido no âmbito da Educação e os bons resultados que vão sendo conseguidos no concelho, não só pela Câmara, mas pelos diversos agentes das diferentes áreas nomeadamente, os resultados desportivos obtidos nas diferentes modalidades. -----

PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira – (doc. nº 5 (cinco)). -----

INSCRIÇÕES: Carolina Cabral, Jorge Pratas, António José Gonçalves, Santinho Antunes, Nelson Lopes, Henrique Duarte e Joel Fernandes. -----

Carolina Cabral, apresentou cumprimentos a todos, e interveio congratulando-se pela constituição da equipa de revisão do regimento da Assembleia Municipal para que se melhore a questão da transmissão da Assembleia em direto e outras questões, nomeadamente o seu funcionamento. Referiu ainda que a transmissão em direto de uma assembleia municipal é e será uma luta do grupo municipal PSD CDS-PP. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara**, sobre a ratificação do protocolo de implementação da Escola da Floresta no Pólo do IPC, na Lousã e mostrou a estranheza do grupo municipal PSD CDS-PP pela forma como o mesmo foi levado até à sua ratificação. Referiu que desde 2018, com toda a questão dos fogos que assolaram a nossa região e com o compromisso eleitoral levado pelo Partido Socialista para com a Lousã, foram começados a encetar contactos para, a instalação da Escola da Floresta. Questionou o **Senhor Presidente da Câmara** de como é possível a instalação da escola da floresta já em setembro. Como é que a 3 meses e em tempo de férias de verão, se vai instalar um Pólo de Ensino Superior na Lousã. Como é que pode ser assinado e levado a ratificar em sessão de câmara a 27 de Maio de 2022, portanto há cerca de um mês atrás, um documento que nada refere sobre, em primeiro lugar, os cursos a frequentar e a sua qualificação, em segundo lugar, os custos a suportar pelas partes e, em especial, pela autarquia, em terceiro lugar, o tipo de transporte, os horários, as paragens que eventualmente vão existir, em quarto lugar, recursos humanos a afetar pessoal docente, discente, auxiliar e de apoio e também, obviamente, o respetivo regime de contratação, em quinto lugar, o local das matrículas, os prazos, os critérios de admissibilidade, sexto lugar o local da instalação da escola, sétimo





lugar quantos alunos estão previstos e como os vamos alojar na Lousã, se é que esta vai ser uma situação que, vai ser necessária prever. Citou ainda" não nos parece de todo razoável levar à ratificação um documento que é vago e que deixa no vácuo estas questões que para nós são extremamente importantes, e também é omissivo quanto a muitas outras que aqui não se referiram. Mais grave ainda é o facto do **Senhor presidente** não ter respondido, quando solicitado por parte da Vereação PSD a estas questões, pelo menos não a todas, isto leva-nos a crer que ia ter algum receio que se volte a não cumprir um compromisso anunciado como vemos, por exemplo, no caso agora das obras de requalificação da Escola Secundária" Questionou ainda como é que a três meses da instalação da Escola da Floresta, e de acordo, com a alínea f do número dois da cláusula quarta do protocolo assinado, onde foram feitas as ações de promoção e divulgação desta escola, e finalizou, perguntando se existe algum tipo de critério que beneficie os jovens nascidos na região da Serra da Lousã com a instalação desta escola da floresta. -----

Jorge Pratas, cumprimentou todos os presentes e interveio referindo-se às obras de requalificação do cineteatro e a uma notícia do Jornal Trevim onde o título da mesma é "obra de requalificação do cineteatro vai a meio", e de outra notícia, que refere através de uma outra citação até à data e em relação à obra, que "apresenta uma taxa de execução de 50% correspondente a 900.000 € em termos de autos validados" Questionou o Senhor Presidente, para quando a finalização do Cine -teatro e para quando a sua inauguração. No que respeita ao empréstimo contraído para a obra de 2.100.000 €, questionou o **Senhor Presidente da Câmara** se, tendo em conta o consecutivo adiamento da obra e tendo em conta as alterações que têm vindo a ser feitas à mesma, se será necessário ou não um novo empréstimo para a obra. Terminou citando" atendendo aos juro orçamentais que afetaram o adiamento da requalificação da escola secundária, assunto

F
A
A

X
h
A

também já abordado nesta Assembleia, como é do conhecimento, pergunto se não estaremos mais uma vez perante esse mesmo problema em relação ao cineteatro? Ou apenas o podemos relacionar com a escola secundária?" -----

Henrique Duarte cumprimentou todos os presentes e deu nota que a Lousã assume como prioridade a valorização da Juventude. Destacou os Estágios "Experimenta+", dinamizados pela CML, pela Activar e pelo Espaço J, em parceria com as Juntas de Freguesia. Referiu que este protocolo para a inserção de jovens nos serviços públicos do Concelho, através de empregos de curta/média duração, representa uma importante experiência na formação de competências e um verdadeiro complemento para o programa "Férias Ativas" já existente para as gerações abaixo dos 14 anos de idade. Questionou o Executivo Municipal a respeito da adesão a este programa e em que medida os participantes contribuirão para a elaboração do próximo Plano Municipal da Juventude, salientando as iniciativas de recolha de contributos já efetuadas no CMJ e outras abertas a todos os jovens. Mencionou ainda que com a assinatura do protocolo com o Instituto Politécnico de Coimbra, a Câmara Municipal da Lousã fez valer a marca territorial "Lousã – Ecos da Serra, Caminhos de Futuro" o que representa uma afirmação do Concelho no âmbito da descentralização do Ensino Superior e da tão aclamada, Coesão Territorial. Parabenizou o Executivo Municipal por este protocolo, salientando que os Cursos Técnicos e Pós-Graduações aqui lecionados devem ser apenas o início de um percurso que se pretende enriquecedor para os jovens e para a importante Prevenção da Floresta." *A Lousã está no caminho certo para a fixação de jovens, apostando na formação e criando condições que permitam a sua valorização dentro do Concelho.* -----

António José Gonçalves, começou por se dirigir à **Senhora Presidente da Assembleia** afirmando que o grupo municipal da coligação Hora de Mudar

não aceita a explicação sobre a não transmissão da Assembleia Municipal através do Facebook, e discorda da forma como foi feita divulgação da mesma, evidenciando a falta de público. Referiu-se a uma reunião com as Infraestruturas de Portugal sobre o Nó dos Pegos e mencionou que o grupo municipal da coligação Hora de Mudar se congratula com o resultado da mesma. Contudo, recordou que na última assembleia de 29 de abril, colocou uma questão sobre os acidentes que existem na variante, nomeadamente junto à área de serviço e questionou o Senhor Presidente da Câmara se nesta reunião falou alguma coisa sobre a sugestão que foi feita de colocar um traço contínuo e algumas balizas, junto à área de serviço. Questionou ainda o **Senhor Presidente da Câmara** sobre telefonemas intimidatórios *"sobre quem publicamente se mostrou contra a situação da Escola Secundária"*. Em relação ao Centro de Bem-Estar Animal, afirmou estar completamente esgotado. Terminou referindo-se ao 118.º aniversário dos Bombeiros Municipais questionando se o comandante demissionário já tinha substituto e se o motivo para as viaturas dos bombeiros não estarem viradas para avenida, mas sim para as traseiras dos bombeiros, seria devido aos portões não estarem nas melhores condições. -----

Nelson Lopes, tomou a palavra e referiu que o nosso concelho conta com organizações de grande valor e com uma enorme capacidade e competência para realizar diversas e importantes iniciativas. Destacou a festa da freguesia realizada na União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, que contou com vários e participados momentos de convívio e com um forte envolvimento da população. Também em Serpins, a Junta de Freguesia, em parceria com as pastelarias locais e com o apoio da Câmara Municipal, realizou a primeira edição da Semana do Pastel de Alvites e da Broa de Serpins, uma iniciativa temática, que teve um enorme sucesso, e contribuiu para promover os produtos gastronómicos mais conhecidos da freguesia e divulgar e atrair mais visitantes a Serpins, bem como para dinamizar a

v
K
a



economia local da freguesia e do Concelho. Deu nota que a AESL- Associação Empresarial da Serra da Lousã em parceria com a Câmara Municipal (CML) apresentaram no passado mês de maio a campanha "Lousã, Comércio ComVida", uma iniciativa que irá decorrer entre os meses de junho a dezembro deste ano e que tem como objetivo continuar a dinamizar e promover o comércio local. É campanha que pretende incentivar as compras nos estabelecimentos da Lousã, habilitando os consumidores a prémios mensais no valor de 500 euros em cartão, sendo que, no mês de dezembro, o prémio será reforçado para o dobro deste valor. Referiu ainda que estas iniciativas, representam, a enorme vitalidade e dinamismo das Freguesias do nosso Concelho e evidenciam o cuidado e empenho demonstrados por este Executivo, no apoio às mais variadas iniciativas realizadas em todo o Concelho. Terminou fazendo referência a atração de jovens no nosso concelho e citou: *"Falou se aqui há pouco do apoio às rendas. Eu julgo que este apoio existe e é de âmbito nacional. Falou se também da isenção de impostos na aquisição da habitação. Essa isenção também existe e decorre do código do imposto, mas também das Transmissões Onerosas, em que isenta o pagamento de IMT, penso eu, para um valor até 93.000 € e isenta também o IMI durante alguns anos, portanto na aquisição do imóvel para habitação permanente. Em relação ao IMI da Lousã, ser mais alto que o IMI de Cascais, assusta-me que seja dita dessa forma, porque pode realmente afastar os jovens do nosso concelho. Não é verdade. Nós temos um coeficiente de localização bem mais simpático que Cascais"* -----

Santinho Antunes deu nota que em sequência do que foi dito sobre o nó dos pegos, existe uma discrepância no sentido em que, para o Metro há diferença entre algumas das Infraestruturas de Portugal que a Câmara não intervém, mas neste caso já o faz. Continuou pronunciando uma notícia de cinco de maio de 2022, referente á listagem das escolas e das transferências de competências para os Municípios, alertando que ainda há tempo para exigir



uma revisão à informação prestada, uma vez que a única informação obtida é a da comunicação social e que refere que as listas podem ser revistas. Referindo-se à reunião com a ACES lembrou que na anterior Assembleia, foi firmada uma moção conjunta e até esta data o centro de Saúde da Louçã e a extensão de Serpins continuam mal ou pior do que estavam antes, tendo chegado ao nosso conhecimento que na última Assembleia da Freguesia de Serpins foi mencionado pelo deputado Jorge Lima, do PSD, que várias pessoas necessitadas de atestado médico para renovar a carta de condução tiveram que recorrer ao privado uma vez que o médico do serviço público, uma vez que está de saída não regista qualquer consulta. Referindo-se ao São João, considerou ser uma festa mítica que marca a Louçã, mas que não tem sabido evoluir no tempo. Criticou a estrutura da Mostra Comercial, as condições e o espaço em que é realizada. No que respeita à Feira Popular mencionou as críticas a inexistência de animação durante a tarde e no final dos concertos. Sugeriu que fossem implementados novos modelos, dando como exemplo o modelo de Festival. Citou ainda que a Rede Ciclável urbana da zona central da Louçã deveria estar concluída a 30 de junho de 2022, tendo o executivo falhado mais uma vez nos prazos de execução da obra. Continuou referindo que a implementação da ciclovia devia ser antecipada por um plano municipal de segurança rodoviária que contemplasse entre outros assuntos a revisão da circulação rodoviária, os regulamentos de cargas e descargas, ao parque de estacionamento de veículos pesados, um regulamento atualizado para estacionamento condicionado. Manifestou a sua preocupação com o passeio, no cruzamento, junto à escola EB2. Recomendou ainda que se constitua uma estrutura municipal integrada por técnicos especializados para realizar deste plano. Referindo-se ao reconhecimento pelos resultados desportivos, disse que estes se devem ao esforço dos atletas e dos clubes onde estão inseridos. Sugeriu à autarquia da Louçã a realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo Municipal, com a colaboração da Assembleia Municipal e todas as organizações desportivas, recreativas e

179



culturais que sejam públicas ou privadas. Terminou sugerindo a criação de uma equipa feminina de futebol em escalão superior a de iniciados que pode ser promovida junto da Escola de Futebol da Louçã, evitando que muitos atletas deixem de cumprir o seu sonho de continuar a praticar o futebol-----

Joel Fernandes, citou " *Queremos manter o São João como uma festa popular, como uma festa da Terra, como uma festa da Lousanidade e dos lousanenses e não como um festival*"-----

O Senhor Presidente da Câmara, tomou a palavra e na sequência de algumas das intervenções iniciais, referiu que no que respeita ao arrendamento acessível, deve-se ter presente aquilo que são as regras existentes e a legislação que se enquadra no âmbito da Estratégia Local de Habitação, e quando se fala da possibilidade de acesso dos jovens à habitação, devemos ter conhecimento do que está em causa. Mencionou a existência do programa "primeiro direito" e o "arrendamento acessível" ao qual a Câmara aderiu desde o início e promoveu a sua divulgação, partilhou ainda que o Município da Louçã e a própria Comunidade Intermunicipal já evidenciaram a necessidade de melhorar o enquadramento legislativo deste programa da renda acessível, nomeadamente para municípios com características como o da Louçã. Relativamente às intervenções que aludiram à Escola da Floresta, informou que aquilo que está previsto é o que já teve oportunidade de salientar, nomeadamente decorrente das questões que lhe foram colocadas na reunião do Executivo. A escola da Floresta é o início de um percurso e neste momento aquilo que se perspetiva, são os cursos já iniciados de micro-creditações e pós-graduações, que estão a ser divulgados, nomeadamente na Feira de S. João. O início, na prática acontecerá em função daquilo que forem o nível de inscrições. Relativamente a instalações e no que diz respeito ao tipo de formações, o que nesta primeira fase está previsto, são infraestruturas municipais já existentes e algumas das infraestruturas dentro do

5X
L
An



espaço do aeródromo e também na estrutura que existe adjacente do Centro de Operações e Técnicas Florestais. No que diz respeito a transportes, não há nenhum esquema de transportes no protocolo, existe sim a possível colaboração do município, em preconizar, os mesmos, em situações de visitas ou atividades de campo, contudo só poderá ser definido em função das atividades em concreto e do facto de elas se iniciarem e desenvolverem. Continuou referindo que os recursos humanos, especialmente os docentes, são uma competência do Instituto Politécnico Coimbra, que mobilizará os seus recursos em função daquilo que for a necessidade existente e as áreas de formação e os cursos que serão ministrados. Os benefícios específicos para jovens da Lousã ou da área de influência desta escola da floresta é desde logo poder usufruir da formação com uma proximidade muito maior e com uma logística mais simples. No que diz respeito a custos a suportar, as condições pedagógicas e de disponibilização dos centros são da competência do Instituto Politécnico e das suas escolas. No que diz respeito a questões logísticas que são de partilha entre a Câmara Municipal e Politécnico de Coimbra, sendo que no que diz respeito à Câmara Municipal, as questões logísticas de suporte, serão de carácter infraestruturais e espaciais. Em resposta ao senhor deputado **Jorge Pratas**, informou que a obra do cine teatro já se encontra um pouco mais acima do que os 50%, continua a evoluir de uma forma adequada, não havendo neste momento, qualquer necessidade identificada relativamente à operação contratada de empréstimo. Quanto á sua finalização, procuramos que seja o mais rápido possível. Referindo-se aos estágios Experimenta + , deu nota que é um projeto que o município quer fazer evoluir de forma a aumentar o número de jovens envolvidos. Com a colaboração das juntas de freguesia pretende-se alcançar outras vertentes de forma a abranger mais gente, querendo sempre que os jovens tenham melhor e maior participação na comunidade. Em referência ao NÓ dos Pegos, informou que é um assunto que está em desenvolvimento, e que a reunião, mencionada com a IP, nada teve a ver com este assunto, mas com outras

5/1/18



situações, nomeadamente com objetivos do Concelho, no âmbito da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra. No que diz respeito as questões colocadas relativamente à variante 342 foram reportadas e reforçadas junto da Infraestruturas de Portugal para além desse reporte escrito, já existiram contactos, quer pelo vereador, quer pelo próprio. Relativamente á questão inerente ao processo de reagendamento da escola secundária, informou não ter conhecimento dessa situação. Deu nota que o centro de recolha oficial animal está de facto cheio, são ciclos, são situações que vão acontecendo, uma vez que as infraestruturas têm que ser criadas para uma procura razoável, todavia a capacidade é considerada adequada e o município encontra-se a acompanhar esta situação. Relativamente às questões colocadas sobre o corpo de Bombeiros Municipais e à questão da estrutura de comando, transmitiu que o comando encontra-se em funções, sendo uma situação que está a ser devidamente tratada de acordo com o que estava inicialmente previsto. Quanto à anomalia referente ao parque de viaturas do Corpo de Bombeiros, disse não ter qualquer conhecimento da mesma, sendo que a organização do quartel, têm a ver com questões internas, que são definidas dentro da própria corporação, pela sua estrutura de comando. Salientou a campanha desenvolvida em parceria com a Associação Empresarial e a intervenção do deputado **Nelson Lopes**, sobre as atividades desenvolvidas pelas freguesias. Quanto à escola secundária, informou que a identificação das prioridades já estava efetuada, tendo agora havido uma atualização relativa a preços e a situações, como a da Louçã, que estavam neste quadro comunitário e que transitaram para o próximo quadro comunitário. No que diz respeito à ciclovia é um processo em desenvolvimento. No que respeita à intervenção na Avenida José Maria Cardoso, referiu que é um processo que já teve que ter revisão de preços no mês de março/abril e foi desenvolvido, entretanto, o processo de contratação pública que está neste momento em fase de análise das propostas apresentadas. Referiu ainda, que este processo já se iniciou há algum tempo,



mas que em função de todas as situações que são conhecidas, teve um processo de revisão de preços para adaptar o caderno de encargos às atuais circunstâncias e para criar melhores condições possíveis para a sua concretização. Terminou citando "Permitam me só dizer, não retirando mérito a nenhum atleta em termos individuais e em termos de desportos coletivos às equipas, nem muito menos aos clubes e aos seus dirigentes e aos diferentes intervenientes nessa dinâmica associativa, Imputar o sucesso única e exclusivamente a eles, acho que é um pouco, desajustado, nomeadamente pela quantidade e diversidade de apoios financeiros, logísticos e outros que a Câmara Municipal e, até nalguma medida a Junta de Freguesia, também prestam a essas entidades e que serão eventualmente um bom suporte. Mas eventualmente, se for assim tão menos importante, poderemos fazer um exercício e deixar de dar esse apoio e verificar eventualmente o que é que poderá acontecer" -----

✓
F
L
A

PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

- Apreciação E votação da 2.º Revisão ao Orçamento e 2: º Revisão às Grandes Opções no Plano do ano de 2022 (doc. nº 6 (seis)). -----

INSCRIÇÕES: Não houve. -----

Colocada à votação a alteração Apreciação e votação da 2.º Revisão ao Orçamento e 2: º Revisão às Grandes Opções no Plano do ano de foi aprovada por maioria, com 16 (dezasseis) votos do PS, 1 (uma) abstenção do BE e 7 (sete) contra do PPD/PSD.CDS/PP. -----

PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

- Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do ano 2021 (doc. nº 7 (sete)) -----

INSCRIÇÕES: Nelson Lopes. -----



Nelson Lopes, interveio referindo o teor do parecer do Revisor Oficial de Contas, que trata de um conjunto de documentos que apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município em 31 de dezembro de 2021. Destacou as observações efetuadas sobre os enormes desafios à gestão municipal neste e nos próximos anos, e a forma avisada, como é apresentado um enquadramento da conjuntura atual da economia, que apresenta uma taxa de inflação que atinge, de mês para mês, máximos históricos, a que se junta uma crise energética agravada pela Invasão da Rússia à Ucrânia e um esperado aumento nas taxas de juro, que implicará, já no curto prazo, um aumento com os encargos de juros dos empréstimos contratualizados. A somar a todas estas dificuldades, verifica-se o termo da suspensão da Regra do Equilíbrio e da Margem Variável do Endividamento. Deu nota que o período de suspensão foi somente para 2020 e 2021, sendo que no exercício de 2022 terão de ser considerados os limites que eram aplicados em 2019, designadamente a percentagem de aumento anual permitida, ou seja, verifica-se um enorme aumento nos custos nas empreitadas, na energia e em todas as aquisições em geral, os juros dos financiamentos estão a subir e as regras de endividamento dos municípios voltaram a ser mais apertadas. Tudo está a acontecer em simultâneo, num curto período de tempo e com uma grande dimensão de incerteza para o futuro. A soma de todos estes fatores vai trazer enormes dificuldades à gestão financeira do Município, vai implicar escolhas que nem sempre serão fáceis e vai exigir uma grande atenção e capacidade de gestão por parte do executivo e também uma grande responsabilidade de todos os eleitos locais, sem exceção. Se conseguirmos manter o nível de apoios e o ritmo de obras que têm sido desenvolvidas no concelho, seria muito positivo. -----



Colocada à votação a Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do ano 2021, foi aprovada por maioria, com 16 (dezasseis) votos do PS, 1 (uma) abstenção do BE e 7 (sete) contra do PPD/PSD.CDS/PP.

PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS:

- Discussão E autorização prévia da contratação de empréstimo a médio e longo prazos, com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 – Rede Cicável da Louçã – Zona Central (doc. nº8 (oito)).

INSCRIÇÕES: Não houve.

Colocada à votação a Discussão e autorização prévia da contratação de empréstimo a médio e longo prazos, com recurso à Linha BEI PT 2020 I Autarquias, no montante máximo de 135.000,00 € destinado à operação CENTRO-06-1406-FEDER-000036 – Rede Cicável da Louçã – Zona Central, foi aprovada por maioria, com 17 (dezassete) votos do PS, do BE e 7 (sete) contra do PPD/PSD.CDS/PP.

PONTO 3.5 DA ORDEM DE TRABALHOS:

- Discussão e votação da adjudicação/nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas (doc. nº 9 (nove)).

INSCRIÇÕES: Não houve.

Colocada à Discussão e votação da adjudicação/nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados.

PONTO 3.6 DA ORDEM DE TRABALHOS:

- Apreciação e votação da designação do júri do recrutamento do procedimento concursal para recrutamento de dirigente – Chefe de Unidade para a Unidade de Floresta e Desenvolvimento Rural – (doc. nº 10(dez)).

INSCRIÇÕES: Não houve.

[Handwritten signature]

Colocada à votação a apreciação e votação da designação do júri do recrutamento do procedimento concursal para recrutamento de dirigente – Chefe de Unidade- para a Unidade de Floresta e Desenvolvimento Rural, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados.-----

PONTO 3.7 DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

- Discussão E votação do alargamento do regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos bombeiros que integram o quadro de honra das Corporações de Bombeiros do Concelho; (doc. nº 11 (onze)).-----

INSCRIÇÕES: Não houve.-----

Colocada à Discussão e votação do alargamento do regime de tarifa social aplicável aos utilizadores domésticos dos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos bombeiros que integram o quadro de honra das Corporações de Bombeiros do Concelho, foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e quatro deputados.-----

PONTO 3.8 DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

Discussão e votação da extinção da Zona de Caça Municipal da Lousã. Ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º da Portaria n.º 431/2006 e do solicitado pelo ICNF – (doc. nº 12 (doze)).-----

INSCRIÇÕES: Pedro Santos-----

Pedro Santos, começou por cumprimentar todos os presentes e deu nota que a zona de caça municipal da Lousã foi criada por uma portaria do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, englobando vários terrenos cinegéticos de várias freguesias do concelho. Desde a constituição desta zona de caça municipal, que a Câmara Municipal da Lousã assumiu a gestão dos

AX
h
m



recursos cinegéticos de forma sustentável, tendo, sempre considerado como oportuna e no âmbito da prossecução dos princípios da política cinegética municipal, incentivar a participação na gestão e ordenamento cinegético às associações de caçadores concelhias, desde que devidamente organizados e constituídas. Referiu que este propósito teve início em 2021, tendo-se efetivado e formalizado o pedido de transferência junto do ICNF para LOUSANCAÇA -União de Caçadores e Pescadores da Lousã, em março deste ano. Salaria que o acompanhamento destas atividades cinegéticas será efetuado no âmbito das atribuições do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna, enquanto órgão consultivo a nível municipal, que integra na sua composição, para além do presidente da Câmara Municipal Lousã, que preside, um conjunto de entidades com competências nesta matéria. -----

Colocada à votação extinção da Zona de Caça Municipal da Lousã. Ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º da Portaria n.º 431/2006 e do solicitado pelo ICNF, foi aprovada por unanimidade. -----

PROVAÇÃO EM MINUTA: -----

A Senhora Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PPD/PSD.CDS/PP e BE quando estavam presentes na sala todos os elementos. -----

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todas as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e dez minutos. -----



A Presidente da Mesa,

Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

Maria Aldina Martins